

GABINETES DE LEITURA NA REGIÃO NORTE DO CEARÁ: QUESTÕES EM TORNO DE UM ESQUECIMENTO (1877-1919)

Jorge Luiz Ferreira Lima¹

RESUMO

Este artigo procura levantar algumas questões a respeito do esquecimento a que foram relegados os gabinetes de leitura fundados na Região Norte do Ceará entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Tal discussão é feita a partir da análise das trajetórias dos gabinetes de leitura de Sobral, Granja, Camocim, Campo Grande, Ipu e Viçosa, procurando identificar as nuances que marcam a presença ou ausência destas instituições na memória destas localidades. As discussões partem, portanto, do pressuposto de que a memória não é fruto do acaso, mas de um esforço, consciente ou não, de construção com vista a atender interesses de determinados grupos sociais.

Palavras-chave: gabinete de leitura; memória; Região Norte do Ceará; leitura.

Corria o ano de 2005 quando descobri a existência de um acervo de livros antigos acomodados nas dependências da biblioteca de uma escola da rede pública estadual de ensino na cidade de Ipu, região noroeste do Estado do Ceará. Por ocasião da primeira visita, não pude entender bem do que se tratava, mas não podia duvidar de que, a partir daquele encontro, nasceria uma pesquisa cujos desdobramentos, à primeira vista, me eram impossíveis de cogitar.¹

A Escola de Ensino Fundamental e Médio Coronel Auton Aragão, estabelecida em Ipu/CE, ocupa ainda hoje o prédio onde funcionou as Escolas Reunidas. Por ocasião da desativação do Gabinete de Leitura Ipuense, depois de breve deliberação, ficou decidido que o acervo seria doado àquela instituição de ensino. Tal fato revela uma última atitude demonstrativa da associação entre gabinete de leitura e educação.

Fui encontrar o acervo contando com trezentos e cinquenta volumes, entre eles belas coleções de história geral, história do Brasil e enciclopédias, além de grande número de romances e coletâneas de poesia de vários autores nacionais e estrangeiros. De fato, pude constatar posteriormente que aquele acervo reunia os principais nomes do romantismo, representado em suas vertentes francesa, inglesa, portuguesa e brasileira.

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Bolsista CAPES/Demanda Social. Email: jorgehistoriaufc@yahoo.com.br

O trabalho junto ao acervo do Gabinete de Leitura Ipuense resultou, em termos acadêmicos, na produção de uma monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral/CE – cumprindo exigência para obtenção do grau de licenciatura plena em setembro de 2007.

No entanto, o desenvolvimento da pesquisa trouxe à tona um questionamento que me tem incomodado desde então: Qual a razão de os gabinetes de leitura da Região Norte do Ceará terem sido vítimas de um esquecimento o qual, em algumas localidades, chega a ser praticamente completo?

A constatação do esquecimento, associada à inexistência quase completa de fontes diretamente relacionadas ao tema levaram-me a buscar abrigo nas reflexões de Le Goff, quando afirma que “devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos”.²

A proposta de Le Goff leva o historiador a superar o perigo de uma exagerada dependência em relação à existência de fontes diretas. Quando a não existência das fontes a ausência do objeto na documentação passam a ser tratadas como objeto de reflexão, temos uma historiografia que vai além do simples levantamento empírico de informações acerca do passado.

Questionar o silêncio das fontes implica indagar acerca da intencionalidade presente na construção da memória ou, como sugere Le Goff, para quem “o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação, deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador.”³ Neste sentido, ao perceber a ausência dos gabinetes de leitura na memória local, procuro apresentar apontamentos resultantes da análise dos documentos reunidos até o momento buscando construir uma reflexão em torno da produção do esquecimento constatado.

A pesquisa iniciada no período em que cursei a graduação em história rapidamente ultrapassou os limites da cidade de Ipu e alcançou as cidades de Viçosa do Ceará, Camocim, Sobral e Granja, além da Vila do Campo Grande⁴. As informações a respeito destas cidades e vilas foram chegando através da imprensa, notadamente pelo jornal ipuense *Correio do Norte*, cuja série acessada compreende os anos de 1920 a 1924.

O *Correio* circulava por toda a região envolvendo o vale do Rio Acaraú e a Serra da Ibiapaba, compreendendo a porção noroeste do Estado do Ceará. Contava também com

assinantes residentes em vários municípios do Estado do Piauí, notadamente em Pedro II, Parnaíba e Oeiras.

À medida que lia este jornal, fui percebendo a configuração de uma “região”, um espaço bem delimitado por onde circulavam pessoas, mercadorias, informações e materiais impressos. Em meio a esta entidade territorial, encontravam-se alguns gabinetes de leitura.

A leitura acabou por levar-me à denominação exata atribuída a esta região no início do século XX. Os representantes de firmas comerciais e industriais, os vendedores e viajantes de modo geral que circulavam a bordo dos trens da Estrada de Ferro de Sobral – criada em 1881 – usavam em seus reclames na imprensa o termo “zona norte”, designando com ele o espaço atingido pelos trilhos da ferrovia.

Partindo de Camocim, a Estrada de Ferro de Sobral traçava a espinha dorsal do espaço que ora estou delimitando. A cidade de Granja contava com a segunda estação de trem; dali seguia pelo lado esquerdo da Serra da Meruoca até alcançar a cidade de Sobral, passando pelas estações de Angica, Riachão, Pitombeira⁵ e Massapê.

De Sobral, o trem seguia para Cariré, daí buscava o sopé da Serra da Ibiapaba, alcançando a Vila de Santa Cruz⁶, Pires Ferreira e a cidade de Ipu, de onde seguia para Ipueiras, Charito, Nova Russas e Crateús, antes de penetrar no território do Piauí.⁷

Visualizando o traçado da ferrovia, optei por empregar o termo “Região Norte do Ceará” para designar o espaço compreendido por esta pesquisa. No entanto, como meu objeto de pesquisa são os gabinetes de leitura, empreendi um recorte no espaço configurado pelo trem, resultando numa configuração espacial cujo ponto extremo ao norte é a cidade de Camocim; daí, busco as cidades de Granja e Sobral, ao mesmo tempo em que não abro mão de incluir neste espaço a cidade de Viçosa e a Vila do Campo Grande, ambas sobre a Serra da Ibiapaba. Como ponto mais avançado ao sul, aponto a cidade de Ipu.

Todas estas localidades contaram com gabinetes de leitura entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Todas, igualmente, sofreram forte influência da ferrovia em seu desenvolvimento econômico e cultural – pensando em termos de cultura letrada. Assim, optei por ampliar o raio espacial da pesquisa envolvendo aquilo que chamo de “Região Norte”, buscando perceber as semelhanças, diferenças e especificidades no processo de instalação, manutenção e ocaso dos gabinetes de leitura ali instalados.

O recorte temporal tem seu início no ano de 1877, quando foi instalado o Gabinete Sobralense de Leitura. O jornal *Sobralense*, edição de 18 de fevereiro de 1877, assim se refere à instalação daquela instituição: “Terá logar hoje a instalação do Gabinete Sobralense de Leitura nesta cidade; é de esperar que esta util instituição encontre nos Sobralenses o apoio que merece.”⁸

Daí por diante, a documentação consultada mantém absoluto silêncio a respeito dos rumos tomados pelo Gabinete Sobralense de Leitura. A professora Gloria Giovanna Mont’Alverne Saboia Girão, em seu livro *Sobral: História e Vida* confirma a data de fundação e apresenta como fundador o Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, o Barão de Sobral, o qual tornar-se-ia, exatamente um ano depois, Presidente da Província do Ceará.⁹

Mas o jornal *Nortista*, em edição de 13 de julho de 1913, ao noticiar o recebimento de uma cópia dos estatutos do Gabinete Camocinense de Leitura, aproveita o ensejo para, ao mesmo tempo em que elogia a iniciativa dos camocinenses ao criarem uma instituição com tão nobres intuítos, tece críticas ao destino “mesquinho” tomado pelo Gabinete Sobralense de Leitura. Eis as palavras do jornal:

O ‘Nortista’ saúda o futuro gabinete, desejando-lhe a vida larga e brilhante e que, não tenha a sorte ingrata e mesquinha do ‘Gabinete de Leitura Sobralense’, que a má vontade de meia dúzia de homens que mercantilizam a propra existencia e, que, aparentemente são homens de representação social todavia, não passam de simples, elemento representativo sem nenhum valor integral.¹⁰

Temos, então, uma pequena pista acerca do destino tomado pelo Gabinete Sobralense de Leitura. O tom irônico adotado pelo *Nortista* deixa entrever uma possível rivalidade entre grupos na cidade de Sobral do início do século XX. No entanto, com os elementos de que disponho até o momento, o entendimento da intrincada rede de intrigas políticas tecida naquela sociedade se torna bastante difícil. Deixe-me, no entanto, tentar uma breve abordagem desta faceta da vida política de Sobral, seguindo por curtos instantes alguns nomes pertencentes a sujeitos perseguidos por esta pesquisa.

Tomemos os redatores do *Nortista*, Newton Craveiro e Craveiro Filho. Em 1919, o primeiro surge como redator do jornal *A Ordem*, de propriedade do Dr. José Saboya de Albuquerque, Juiz da Comarca de Sobral; o segundo figura como gerente do mesmo jornal. Ora, o Dr. José Saboya representava em Sobral o Partido Republicano Conservador e o jornal *A Ordem* constitui-se no baluarte deste partido na imprensa. Através dele, o PRC-CE em Sobral defende-se das críticas sofridas ao mesmo tempo em que desfere ataques virulentos contra os adversários, ou seja, contra os representantes do Partido Democrata.

Diante do que foi dito acima, fácil é concluir que Newton Craveiro e Craveiro Filho podem ser tidos como partidários do PRC em Sobral. No entanto, a leitura atenta do jornal *A Ordem* revelou um indício muito significativo.

Em edição do dia 18 de maio de 1919, *A Ordem* apresenta o novo dístico “Órgão do Partido Republicano Conservador”. Curiosamente, a partir desta edição, os nomes de Newton Craveiro e Craveiro Filho não mais aparecem como redator e gerente do periódico, respectivamente. O diretor, Dr. Plínio Pompeu, também deixa a equipe para, segundo o jornal, assumir um dos cargos de auxiliar técnico da comissão de construção da estrada de rodagem de Granja à Viçosa.¹¹

Na edição seguinte, o jornal estampa uma pequena nota na primeira página afirmando que as razões da saída do Dr. Plínio Pompeu “foram as que elle próprio nos expoz e justificou sua attitude.”¹² Quanto a Craveiro Filho, o jornal afirma que

ninguem deste jornal ou qualquer dos directores do P. R. C. fez a este Sr. nem mesmo como insinuação, observações ou indicações sobre sua attitude, para o que faltaria oportunidade, pois este Snr., só frequentou esta redacção até a vespera de sua nomeação para funcionario do Curso Secundario.¹³

De fato, Craveiro Filho figura como lente da cadeira de Escrituração Mercantil, da Escola Secundária de Sobral¹⁴. No entanto, o simples fato de o jornal ter se preocupado em publicar nota de esclarecimento a respeito das razões da saída do Dr. Plínio Pompeu e de Craveiro Filho já constitui a olhos mais atentos um indício de que surgiram comentários vinculando a dita saída à nova postura abertamente partidária do jornal.

Voltando ao *Nortista*, preciso lembrar que sua composição e impressão eram feitas nas oficinas tipográficas de Deolindo Barreto Lima, cuja trajetória na arena jornalística iniciou-se em Belém, capital do Pará, para onde teria migrado como “soldado da borracha”. Ali, pôde aprender o ofício de tipógrafo nas oficinas do jornal *A Província do Pará*.

Para além das técnicas da composição tipográfica, Deolindo apreendeu parte das idéias norteadoras do jornal paraense, jornal de orientação liberal, oposição ao governo daquela província, tanto que sofreu vários reveses. Em 1908, Deolindo Barreto retorna a Sobral, onde havia se casado antes de partir para o Pará, munido de aparelhagem suficiente para montar uma tipografia.¹⁵

Depois de trabalhar por encomenda, Deolindo Barreto iniciou a publicação de seu jornal *A Lucta* no dia 1º de maio de 1914. Antes, porém, sua tipografia imprimia o *Nortista*. Com *A Lucta*, Deolindo incompatibilizou-se com o juiz Dr. José Saboya, motivo pelo qual o jornal *A Ordem* insistia em acusar *A Lucta* de partidarismo em prol do Partido Democrata, embora se dissesse apartidária.

Ora, se Newton Craveiro e Craveiro Filho faziam imprimir o *Nortista* nas oficinas de Deolindo Barreto, não é de todo impossível que mantivessem algum diálogo ou, quem sabe, alguma afinção ideológica com aquele homem afeito a enfrentamentos desde a sua experiência no Pará. Vale lembrar que o jornal *A Lucta*, que surgirá com o *Nortista* ainda em circulação, se tornará famoso pelo alto teor crítico de seu redator e tipógrafo.

Outro indício de que, em 1913 e 1914, Newton Craveiro e Craveiro Filho assumiram posição de enfrentamento em relação a um grupo supostamente dominante na arena política de Sobral está no próprio dístico do *Nortista*: “Acharei um caminho ou abri-lo-ei!”. Mais direto só mesmo o dístico d’*A Lucta*: “Diga-se a verdade na terra, embora desabem os céus” ou “Conte-se o caso como o caso foi, o cão é cão e o boi é boi”.¹⁶

Uma suposta aproximação ideológica de Newton Craveiro e Craveiro Filho com as idéias liberais de Deolindo Barreto, proporcionada pelo convívio por ocasião dos anos em que juntos confeccionaram o *Nortista*, pode ter sido causa do afastamento dos dois da redação d’*A Ordem*, em 1919, quando este jornal assume abertamente seu caráter partidário e entra com todas as forças no combate político deflagrado na imprensa.

Por outro lado, sente-se claramente a influência de Deolindo Barreto no prognóstico apresentado a respeito do desaparecimento do Gabinete Sobralense de Leitura, veiculado nas páginas do *Nortista*, como vimos. A ironia ao desejar boa sorte ao Gabinete de Leitura Camociense¹⁷, sorte bem diferente daquela que atingira a congênere sobralense, deixa claro que, para o autor do texto jornalístico em questão, a culpa do desaparecimento de uma instituição tão útil como um gabinete de leitura recaia sobre pessoas de representação, mas que mercantilizavam a própria vida, o que tornava sua representatividade “sem nenhum valor integral”.

Temos, dessa forma, uma tensão em torno dos motivos do desaparecimento do Gabinete Sobralense de Leitura. No entanto, as pistas colhidas até o momento não permitem precisar a data em que tal desaparecimento se deu.

As informações a respeito do Gabinete de Leitura Granjense ainda são poucas. Em 1881, o jornal *Granjense* anuncia a realização de uma reunião popular na sede do Gabinete para a instalação da sociedade Libertadora Granjense¹⁸. Na mesma página, o jornal ainda assinala a eleição da nova diretoria e o ingresso de novos sócios, bem como publica nota de agradecimento do Gabinete de Leitura ao jornal *Cearense* pelo envio dos exemplares, enfatizando que este foi o único jornal que atendeu ao apelo dirigido pela instituição.

Ao que indicam os textos do jornal, o Gabinete de Leitura Granjense alcançara, naquele ano de 1881, notável sucesso na cidade, tanto que um “moço pobre” chamado Antonio Martins ofereceu-lhe um donativo na forma de uma contribuição mensal no valor de 10\$000 (dez mil réis) para fomentar a instrução pública. Aqui devo lembrar a constante associação dos gabinetes de leitura à instrução, sendo comum a criação de cursos noturnos em suas sedes, cujas aulas eram ministradas pelos próprios sócios e diretores, ou pagas por estes. Estas aulas destinavam-se aos pobres.

A mesma preocupação com a instrução pode ser verificada no Gabinete de Leitura do Campo Grande, criado naquela vila em 1884 e visitado por Antônio Bezerra cujo comentário acerca do curso noturno implantado naquele gabinete foi o seguinte: “Esta escola é freqüentada por 43 alunos dos mais pobres a quem se fornece roupa e livros”.¹⁹

Bezerra passou alguns dias em Campo Grande e as iniciativas ligadas à cultura letrada ali levadas a efeito não deixaram de causar-lhe uma boa impressão expressa nas seguintes palavras:

Com efeito, quando por toda parte a indiferença atrofia até as instituições mais bem organizadas, vê-se um pequeno povoado, distante dos pontos adiantados, fundar associações para cultivar a música, para desenvolver as faculdades pela prática das representações dramáticas, para divulgar os conhecimentos úteis por meio da leitura de bons livros de um Gabinete, para derramar a instrução nas classes menos favorecidas com a sustentação de escolas noturnas, não se pode deixar de sentir por esse lugar uma certa simpatia.²⁰

No entanto, apesar do êxito que aparentam ter alcançado no final do século XIX, estes gabinetes de leitura simplesmente desapareceram da memória local. Percorrendo a cidade de Guaraciaba do Norte, sobre a Serra da Ibiapaba, não se consegue notar qualquer vestígio da existência desta instituição. Os livros dos memorialistas locais não fazem qualquer menção ao Gabinete.

O caso de Gabinete de Leitura Granjense não é diferente. Em Granja, mesmo os jornais parecem ter desaparecido em sua grande maioria. Vasculhando o acervo de

microfilmes da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, quase nada encontrei que tivesse sido publicado em Granja. No entanto, através de jornais de outras localidades, como o *Correio do Norte*, de Ipu, e *A Ordem*, de Sobral, percebo que circulavam jornais em Granja no mesmo período. Se foram preservados exemplares destas publicações, não pude saber até o momento.

O Gabinete de Leitura Camocinense tem estado presente de maneira esparsa nas fontes até agora analisadas. Além da referência à sua fundação já apresentada pelo *Nortista*, a análise do *Camocim Jornal*, edição de 1º de maio de 1921, onde se lê que o Gabinete, fundado há oito anos, “possue actualmente um pratimónio de 1.040 volumes, encadernados e em brochura.”²¹

Através do *Correio do Norte*, pude saber da existência, em Camocim, do Curso Noturno Barão de Studart, o qual funcionava no mesmo prédio do Gabinete, juntamente com a Associação Commercial. Tal prédio ficava na Rua da Estação.²²

Desta forma, o trabalho com gabinetes de leitura esbarra a todo instante na escassez de fontes e numa ausência quase total em termos de memória. Interessante perceber como as cidades se preocuparam em construir uma memória voltada para vultos ilustres, para datas especiais, construíram monumentos e nomearam logradouros, mas não se preocuparam em preservar a memória dos gabinetes de leitura, embora a instalação destes tenha sido obra, na maioria dos casos, dos próprios vultos ilustres a que me referi algumas linhas acima.

Não creio que tal esquecimento seja mero produto do acaso. Nem creio também que os gabinetes não tenham gozado de proeminência suficiente para incluí-los na lista de fatos notáveis que normalmente se inclui na memória das cidades pequenas. Ou seja, o que me espanta é que nem sequer estou falando de sujeitos normalmente negligenciados – minorias, sujeitos proscritos, etc. – mas de um modelo de instituição fundado sobre moldes essencialmente tradicionais, fruto da iniciativa de sujeitos ligados à elite.

Continuemos com Antônio Bezerra em sua viagem pela Região Norte do Ceará.

Encerrando sua estadia na Vila do Campo Grande, Bezerra rumou para a Vila do Ipu, percorrendo as íngremes ladeiras da Ibiapaba. Em Ipu, teve nova oportunidade de conhecer um gabinete de leitura e percebeu outras facetas da cultura letrada cujo desenvolvimento ali se verificava. A este respeito, Bezerra anotou que a localidade “já possui um gabinete de leitura

enriquecido com mais de trezentos volumes, e consta-me que se procura divulgar por todos os meios a instrução entre o povo, e trata-se da aquisição de uma tipografia.”²³

Cruzando estas indicações de Bezerra com aquelas encontradas em trabalho publicado por Eusébio de Sousa na Revista do Instituto do Ceará, ano 1915²⁴, pode-se perceber uma informação aparentemente contraditória. A respeito do Gabinete Ipuense de Leitura, Eusébio afirma que foi fundado em 1886. No entanto, pudemos perceber algumas linhas acima a constatação da existência do mesmo em Ipu no ano de 1884, ano em que Antônio Bezerra ali esteve.

No entanto, a leitura atenta do texto de Eusébio de Sousa torna clara a tendência dos homens de letras ipuenses no sentido de formar associações voltadas para o cultivo de formas de sociabilidade típicas de uma sociedade letrada. Esbarravam, porém, no acanhamento econômico e cultural da Vila, o que os levou a buscar com certo empenho a constituição de versões em escala reduzida daqueles espaços encontrados nos centros urbanos mais desenvolvidos do país e do exterior.

Como não podiam encontrar em Ipu uma livraria onde reunir-se, como acontecia no Rio de Janeiro e em Paris, os homens de letras de Ipu procuraram constituir uma agremiação que lhes permitisse a delimitação de um espaço destinado às práticas ligadas à cultura letrada.

Inicialmente, constituiu-se uma sociedade dramática. Esta experiência em torno do teatro amador não teve longa duração, desaparecendo a associação após um incêndio na casa do tesoureiro, levando as chamas todo o material utilizado pela associação em suas performances.

A segunda tentativa foi a criação da Sociedade Gabinete Ipuense de Leitura, uma sociedade literária voltada à promoção da leitura. Assim como se fazia em Campo Grande na mesma época, o Gabinete Ipuense de Leitura instalou um curso noturno, cujo desaparecimento não tardou a ocorrer.

O *Correio do Norte*, passados mais de vinte anos, em artigo lamentoso a respeito do estado de marasmo em que se encontrava a cidade, referiu-se da seguinte maneira ao Gabinete Ipuense de Leitura e seu curso noturno:

[...] Em 1886 fundou-se aqui um Gabinete de Leitura, que chegou a possuir cerca de mil volumes de bons livros e manter uma aula nocturna, cuja matricula attingio a cento e tantos alumnos.

Alguem, perversamente, lembrou-se de introduzir a maldicta política n'essa util associação e com isto fel-a extinguir-se. Outras instituições boas tiveram o mesmo resultado.²⁵

Embora apresentando dados diversos, Eusébio de Sousa e o jornal *Correio do Norte* concordam em lamentar o destino do Gabinete Ipuense de Leitura, cuja existência formal não alcançou o início do século XX. Ao comentar o Gabinete, Eusébio assim se expressa:

O cultivo das lettras foi então uma realidade. O gosto pelo estudo predominou entre seus associados, cuja matricula subiu a 114.

O Gabinete manteve regular biblioteca, chegando a catalogar para mais de 700 volumes dos escriptores em voga, mais lidos, e mais procurados naquellas éras.²⁶

Eusébio e o *Correio do Norte* concordam com o sucesso rapidamente obtido pelo Gabinete, embora discordem quanto ao número de volumes angariados pela biblioteca. No entanto, referindo-se aos motivos que teriam levado ao fim do Gabinete, Eusébio afirma que:

Por motivo de ordem social, sob proposta de um consocio de genio mais alegre e folgasão, o Gabinete mudava de categoria, isto é, passaria a explorar terreno diametralmente opposto ao primitivo de sua congregação. Dos domínios das massudas palestras litterarias em que somente predominava o exquisito gosto pela leitura dos classicos muito em voga naquella época e aliás productivos, em todos os tempos, passaria para os de Terpsychore, em demasia improductivos.²⁷

Tomando estas linhas de Eusébio de Sousa e somando-as ao já posto pelo *Correio do Norte*, percebe-se o surgimento de uma divergência de opinião entre os associados do Gabinete, expressa na iniciativa de fazer predominar o gosto pelos bailes dançantes, na opinião de Eusébio de Sousa, ou motivada pela diferença política, segundo o *Correio*. Não é possível apurar a causa exata da mudança de natureza do Gabinete.

Diante das duas versões, resta-me tentar apurar a plausibilidade de ambas.

Minha tese a respeito da razão e da forma como efetivamente se deu o declínio do Gabinete Ipuense de Leitura é de que o processo de supressão das atividades ligadas ao âmbito literário iniciou com a sugestão da parte de um sócio. Não duvido que represente um grupo cujo fator de aglutinação era a preferência política, como sugeriu o *Correio do Norte*.

Uma vez deliberada a questão, a maioria opta pela transformação do Gabinete em associação de caráter recreativo. O grupo que manifestava opinião desfavorável à mudança, por sua vez também aglutinado politicamente, deve ter encarado tal derrota como uma derrota

político partidária, o que deve ter gerado ressentimentos que podem estar entre os motivos pelos quais o Gabinete de Leitura foi como que apagado, em muitos aspectos de sua trajetória, da memória local.

O que se fez daquele acervo de setecentos volumes, conforme Eusébio de Sousa, ou de mil, conforme o *Correio do Norte*?

Esquadrinhando o texto publicado por Antônio Marrocos na *Revista dos Municípios*, ano de 1929, percebi a indicação de que o referido acervo teria ficado acondicionado em salão cedido pelo vigário Padre Francisco Máximo Feitosa. Ali permaneceu até o segundo semestre de 1918, quando a Sociedade Recreativa 7 de Setembro, em assembléia geral, aprovou a sugestão do Dr. Francisco das Chagas Pinto a qual versava a respeito da possibilidade de se criar um gabinete de leitura na cidade.²⁸

A data escolhida para instalação do Gabinete de Leitura Ipuense foi o dia 1º de janeiro de 1919. Vasculhando o acervo remanescente, encontrei várias dedicatórias datadas de 1918, confirmando a versão apresentada por Marrocos a respeito do empenho do deputado Abílio Martins no sentido de conseguir doações de livros junto a seus confrades na Capital do Estado. De fato, encontrei dedicatórias assinadas por vários deputados correligionários de Abílio.

A partir do caso ipuense, pude perceber a rapidez com que os gabinetes de leitura da Região Norte do Ceará entraram numa espécie de ostracismo. Em 1921, ou seja, a pouco mais de dois anos de sua instalação, o Gabinete de Leitura Ipuense figura nas páginas do *Correio do Norte* como um espaço freqüentado por reduzido número de pessoas. A indignação do redator reforça-se pelo fato de práticas consideradas impróprias, no caso o jogo, estarem alcançando pleno desenvolvimento na cidade. Vejamos as palavras do jornal:

[...] Temos um ‘Gabinete de Leitura’, que já possui bôa bibliotheca composta de obras de leitura instructiva e san.

Esse Gabinete é frequentado por pequeníssimo numero de pessoas ao passo que as jogatinas regorgitam de habituées, entre os quaes se encontram até creanças!²⁹

Ante a indignação do jornal, o jogo florescia e ganhava cada vez mais adeptos, ao passo que o Gabinete de Leitura, embora representasse uma boa oportunidade de se adquirir instrução e conhecimento através da leitura, não conseguia inserir no cotidiano da cidade.

Ao longo da década de vinte do século passado, o Gabinete de Leitura consegue manter-se vivo, embora não gozando do apreço de maioria da população local. Permanece, ao que tudo indica, como um espaço freqüentado por poucos. Tal fato parece facilmente justificável diante dos conhecidos altos índices de analfabetismo constatados na época.

No entanto, a leitura não era prática exclusiva das camadas sociais mais abonadas economicamente. Natalie Zemon Davis comprova em seu artigo “O povo e a palavra impressa” que, entre as camadas da população pobre urbana da França do século XVI, a leitura em voz alta passou a ocupar importante papel, agindo sobre antigas formas de sociabilidade, como as reuniões noturnas em torno das fogueiras para a audição de histórias pertencentes ao cânon da tradição oral. Com a invenção da imprensa e o surgimento de livros a preço mais acessível, a prática da leitura em voz alta passou a fazer parte daquelas antigas reuniões.³⁰

A leitura popular foi deliciosamente descrita por João do Rio na crônica “Os mercadores de livros e a leitura das ruas”³¹, onde o *flaneur* carioca descreve as formas como a leitura era praticada pelas classes pobres do Rio de Janeiro do início do século XX. Descreve ainda a atuação dos mercadores de livros e indica os títulos mais vendidos, constatando, ao referir à coletânea de quadras *A despedida*, de um tal João Brandão, que já havia vendido mais de cem mil folhetos, ultrapassando obras de grande fôlego de nossa literatura, como *O Canaã*, de Graça Aranha.

João do Rio deplora impiedosamente a literatura popular de seu tempo, apontando exemplos de crimes que, no seu entender, foram motivados pelo contato com aquele tipo de leitura, cujos enredos giravam em torno de crimes, traições, seduções, etc. Curiosamente, um dos lugares onde os pobres praticavam mais intensamente a leitura era a própria Casa de Detenção. Para fugir do ócio e driblar o tempo, os presos liam e muitas vezes – conforme acredita o cronista – encontravam inspiração para novos crimes os quais eram efetivamente cometidos tão logo deixavam a prisão.

A recorrência a Natalie Davis e a João do Rio tem por objetivo sugerir a conjectura em torno da leitura praticada pelos pobres. A respeito desta leitura na Região Norte do Ceará, não tenho testemunhos por enquanto, mas não creio que estivesse de todo ausente do cotidiano das camadas populares. A venda de folhetos com versos compostos por poetas populares há

muito era praticada nas feiras, o que não impede que tenha chegado ainda no século XIX a localidades como o Ipu, conhecida regionalmente por sua feira.

Concretamente, o que estou tentando dizer é que a tendência ao ostracismo verificada na trajetória de certos gabinetes de leitura instalados em cidades da Região Norte do Ceará não pode ser de pronto interpretada como uma ausência ou aversão à leitura por parte das respectivas populações. Não se pode esquecer que o discurso veiculado em jornais como o *Correio do Norte*, onde a leitura aparece sempre contraposta a práticas como o jogo, prostituição, vagabundagem, etc. têm sua origem num segmento social claramente definido. Quem escrevia nos jornais e manifestava-se favorável à frequência assídua ao gabinete de leitura eram os homens de letras, alfabetizados e detentores de conhecimento suficiente para permitir-lhes a afinação com o gosto estético cujo padrão era, sem sombra de dúvidas, o padrão europeu de literatura.

Tomando ainda as facetas da leitura para além dos salões dos gabinetes, chegamos à cidade de Viçosa, onde a distribuição de folhetos incendiários motivados pela política partidária constituía verdadeira moda no início do século XX. Por ora, identifiquei apenas um autor de tais textos: Constantino Correia, não por acaso encontrado como sócio fundador do Gabinete Viçosense de Leitura a 13 de fevereiro de 1916 e como segundo orador oficial do mesmo por ocasião de seu segundo aniversário de fundação.³²

Já que me referi ao Gabinete Viçosense de Leitura, passemos à sua trajetória. De imediato, posso afirmar que, em termos de presença na memória local, este gabinete constitui uma exceção pela intensidade com que notei sua presença nas fontes relativas à cidade.

Constitui fato único até o momento a possibilidade, no caso de Viçosa, de trabalhar com fontes orais. Ali encontrei pessoas que freqüentaram os bailes promovidos pelo Gabinete, entre elas o Sr. Alfredo Miranda, através de quem pude obter informações acerca dos bailes.³³

Alfredo Miranda e sua mulher, D. Terezinha Mapurunga, comentaram entusiasmados os bailes do Gabinete onde ele tocava. De seus depoimentos, colhidos no início da pesquisa, pude depreender que o aspecto recreativo/dançante dos gabinetes permaneceu mais vivamente na memória das cidades do que o aspecto literário. Alfredo e Terezinha não cansavam de fazer referência ao brilho dos bailes e apontavam detalhes do comportamento de damas e cavalheiros nestas ocasiões.

Quando inquiridos a respeito da biblioteca, porém, quase nada de concreto lhes vinha à mente. Limitavam-se a afirmar que havia, sim, a biblioteca, mas não sabiam dizer se era muito freqüentada, ou, muito menos, apontar algum título do acervo. Fácil seria concluir que este não era um ambiente por eles freqüentado constantemente.

Na mesma ocasião, pude colher o depoimento do Sr. Felizardo de Pinho Pessoa, antigo prefeito da cidade e presidente do Gabinete Viçosense de Leitura.³⁴ A partir de sua fala, pude depreender que o Gabinete constituía importante ponto de sociabilidade para a elite viçosense na primeira metade do século XX. Felizardo remontou ao processo de construção do prédio destinado à sede do Gabinete e à sua inauguração em 1920, enfatizando a atuação do Padre José Carneiro da Cunha, durante muito tempo presidente da instituição.

Outro fato que torna único o caso de Viçosa está na intensidade com que se celebrou o aniversário de dois anos de fundação do Gabinete. Em 13 de fevereiro de 1918, dois anos depois da fundação de seu Gabinete, Viçosa deveria assistir a um dia de homenagens àquela instituição. Entre outras manifestações, foi distribuído na cidade o jornal *Polyanthéa*, contendo vários textos escritos por sócios fundadores ou por homens de letras admiradores do Gabinete de Leitura.

O jornal foi impresso na tipografia de Pessoa & Cia, de Camocim. Os textos fazem coro exaltando a iniciativa do Dr. Joaquim Alerano Bandeira de Barros, juiz de direito da Comarca de Viçosa, que levantou a idéia da criação do Gabinete em uma conversa com amigos letrados na residência de Camerindo Telles.

Mais um fato que chama a atenção na trajetória do Gabinete Viçosense foi colhido através da leitura do livro “História de Viçosa do Ceará”, escrito por Luiz Barros. Segundo ele, a biblioteca do Gabinete só foi instalada em 4 de outubro de 1917, mais de um ano após a fundação. Ainda de acordo com Barros, os objetivos do Gabinete compreendiam, além da organização da biblioteca, a realização de festas dançantes e a promoção de sessões cívicas por ocasião de grandes datas históricas.³⁵

Repetindo as experiências de Granja, Campo Grande, Ipu e Camocim, o Gabinete Viçosense, com apenas quatro meses de existência, instalou seu Curso Noturno Valdevino Elias de Alencar, em homenagem ao intendente municipal por ocasião do governo de Franco Rabelo. Este curso é objeto de grandes louvores por parte dos autores dos artigos do jornal *Polyanthéa*.

O esforço empreendido no sentido de proporcionar aos mais pobres o acesso à instrução aparece no jornal como medida redentora num tempo em que outras práticas menos saudáveis encontravam-se de soslaio a tentar seduzir a juventude pobre, para quem a ausência de instrução e letramento poderia funcionar como facilitador de seu arrebanhamento pelos arautos do jogo e da violência. O trecho a seguir ilustra muito bem o que estou a dizer:

Como é comovedor o ver-se, no curso noturno, às horas das lições, os bancos cheios de creancinhas pobres atenciosas e ávidas do saber, recurvadas sobre os livros, como que supplicando àquellas letras grandes do ABC que lhes dêem aquillo de que tanto precisam – a innstrucção!³⁶

O livro de Luiz Barros parece fruto de extensa pesquisa bibliográfica e alguns fatos, segundo seu próprio comentário, foram levantados a partir do contato com fontes orais. Descrevendo o dia da festa, Barros admira-se da presença das duas bandas de música locais em desfile tocando juntas pelas ruas. Tal fato causa admiração pelo fato de terem estas bandas pertencido às agremiações partidárias de Viçosa. A banda dos democratas chamava-se “Euterpe Franco Rabelo”, e a dos marretas, “Euterpe Viçosense”.

A rivalidade política não permitia que tocassem juntas. Exceções a esta regra ocorreram apenas no dia do aniversário de dois anos do Gabinete, por ocasião da inauguração da luz elétrica e no funeral de Mestre Lucas, regente da banda dos democratas. A banda marreta tocava nos bailes do Gabinete, enquanto a banda democrata – chamada Euterpe Franco Rabelo – tocava os festejos da igreja.

Curiosamente – e sei disso graças a Luiz Barros – a data de realização de todo o evento em homenagem aos dois anos do Gabinete não foi o alentado dia 13 de fevereiro, mas o dia imediatamente anterior, uma terça-feira de carnaval. O dia 13 foi preterido por ser quarta-feira de cinzas. Por outro lado, imagino que o fato de tratar-se de um dia de carnaval tenha contribuído para a intensidade da festa.

Em 1925, Padre José Carneiro da Cunha, presidente do Gabinete, apresenta relatório onde consta que o número de sócios efetivos chegara a 80, enquanto a biblioteca havia catalogado em seu acervo 600 volumes, entre os quais figurava a “História Universal” de Cesare Cantu e várias obras de Clovis Bevilaqua.

O caso de Viçosa contribui para pensar em que medida os gabinetes de leitura criados na Região Norte do Ceará podem ser tratados como sendo, em primeiro lugar, sociedades literárias. O espaço de tempo transcorrido entre a fundação e a criação da biblioteca sugerem

uma preferência pela atividade instrutiva e recreativa. Por outro lado, a possibilidade de ter surgido dificuldades no processo de angariar os livros pode ter justificado esta demora.

Se voltarmos ao caso do Gabinete de Leitura Ipuense, nenhum indício existe até o momento de que igual demora tenha ocorrido. Pelo contrário, neste caso as fontes indicam o aproveitamento do acervo da primeira associação, remanescente dos últimos anos do século XIX.

Portanto, tenho dificuldades em apurar se esta demora entre a fundação da associação e a inauguração da biblioteca verificada no caso do Gabinete Viçosense de Leitura constitui um padrão, visto não dispor, por enquanto, de informações relativas aos outros gabinetes estudados que permitam alguma conclusão neste sentido.

O Gabinete Viçosense constitui o único caso apurado até o momento em que se confeccionou um jornal para assinalar seu aniversário. Fato similar não foi encontrado em nenhum dos demais casos pesquisados. O que explicaria, portanto, esta presença tão intensa do Gabinete na memória local, sabendo, com Le Goff, que “as estruturas de poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais [...] ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido”³⁷

Atento às reflexões de Jacques Le Goff, não posso cair nas armadilhas encerradas no discurso das fontes. Se o Gabinete Viçosense de Leitura ganhou presença tão expressiva nas fontes, não impede de pensar que tal presença obedece a desígnios que atendem aos interesses de alguns sujeitos interessados em evidenciar certas facetas da história da cidade, procurando envolver a memória nos intrincados conflitos político-ideológicos ali verificados ao longo do século XX.

A leitura atenta do jornal *A Ordem* revelou, para o ano de 1920, a deflagração de violenta polêmica entre Constantino Correia e o Padre José Carneiro da Cunha. O primeiro era membro do Partido Republicano Conservador e tabelião em Viçosa, enquanto o segundo, além de vigário e presidente do Gabinete, havia sido nomeado prefeito pelo engenheiro Dr. João Thomé, Presidente do Estado àquela altura. Esta nomeação foi considerada ilegal pelos conservadores.

Embora Luiz Barros assinale que o Gabinete constituía um “campo neutro” onde as paixões políticas não se faziam presentes, não consigo crer que toda aquela virulência

verificada nos artigos de Constantino Correia publicados pel'A *Ordem* fosse anulada quando ele entrasse nos salões do Gabinete. Pelo contrário, percebo o Gabinete – ou memória em torno dele – envolto em longa disputa de poder em Viçosa.

Entre as fontes recolhidas, encontrei uma cópia de um panfleto que se fez circular em Viçosa após a desativação do Gabinete de Leitura. Ali, o autor, escondido sob o anonimato, acusa a família Pinho Pessoa de ter se apoderado do acervo e do prédio que servia de sede à instituição, entre outras coisas.

Não é meu papel apurar a procedência da acusação, mas perceber o uso do Gabinete Viçosense de Leitura, agora entendido como parte da memória local, como trunfo numa luta pelo poder, onde grupos se atacam violentamente e, não raro, recorrem à memória como forma de legitimar o teor de suas investidas contra o adversário.

Luiz Barros, encerrando as poucas páginas de seu livro dedicadas ao Gabinete, manifesta seu desejo de ver reativada aquela associação, invocando para tanto o *glamour* verificado em sua trajetória. Comportando-se como bom memorialista, Barros deseja que sua cidade volte a experimentar aqueles momentos de glória vividos quando o Gabinete realizava seus suntuosos bailes.

Mais uma vez, a invocação ao passado do Gabinete toma como mote os bailes, ou seja, percebe-se ainda uma vez a proeminência, no âmbito da memória, das atividades recreativas sobre as literárias. Dessa forma, cabe pensar mais detidamente acerca de qual seria a verdadeira natureza destas instituições. Se poderiam realmente ser consideradas instituições literárias ou se, por outro lado, seria melhor tomá-las como instituições recreativas, é um problema que a pesquisa ora em desenvolvimento pretende investigar mais a fundo.

Por ora, a conclusão a que posso chegar é que constituíam, em todos os casos verificados, uma espécie de sociedades híbridas, prevendo em seus estatutos tanto o desenvolvimento de atividades ligadas à leitura – tanto que se preocupavam em organizar uma biblioteca – como com a realização de eventos recreativos.

Neste sentido, percebo os gabinetes de leitura fundados nas cidades e vilas da Região Norte do Ceará entre a segunda metade do século XIX e início do século XX como parte de um esforço no sentido de transplantar para este espaço aquelas formas de sociabilidade urbana

que floresciam nos centros mais desenvolvidos do país, como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belém, etc.

A moda de criar instituições literárias havia chegado com força à Fortaleza a partir de 1870, com a criação da “Fênix Estudantal”, uma associação de estudantes entre 15 e 19 anos. Em 1872, foi a vez da Academia Francesa vir à luz, sob orientação do jovem Rocha Lima, também fundador da Fenix Estudantal. Entre as iniciativas associadas ao amadurecimento da Academia Francesa, encontra-se a criação de um curso noturno, cujas aulas eram palestras sobre temas ligados ao racionalismo, revelando uma inspiração de viés iluminista.³⁸

O Gabinete de Leitura Cearense foi criado em 1875, diferenciando-se das demais associações pela ausência do caráter contestador. Por esta razão foi considerado por Tinhorão como a “mais inofensiva das iniciativas literárias”.³⁹ Seu curso noturno destinou-se à instrução primária e à realização de conferências públicas.

Se lembrarmos o Gabinete de Leitura Sobralense, percebemos que apenas dois anos separam sua fundação do seu congênere de Fortaleza, ou seja, a partir da capital a tendência à criação dos gabinetes se espalhou pelo interior. Não se pode esquecer que os homens de letras do interior normalmente desempenhavam cargos públicos ou ocupavam posições estratégicas no governo municipal e estadual, o que lhes abria a prerrogativa de viajarem constantemente a Fortaleza, Recife ou Rio de Janeiro, pondo-se, assim, em contato com as novas formas de sociabilidade que estavam sendo implantadas nestes meios mais desenvolvidos.

Ao retornar às suas localidades de origem, tentavam transplantar para elas aquilo que tinham visto e vivenciado nos centros maiores, o que os leva ao empenho no sentido de criarem, entre outras coisas, os gabinetes de leitura, como uma tentativa de fazer com que suas cidades e vilas interioranas se afinassem culturalmente com a capital do estado e, quiçá, do país.

No entanto, creio ser de bom tom retornar à questão inicial deste trabalho, ou seja, qual a razão de os gabinetes de leitura criados em certas cidades e vilas da Região Norte do Ceará terem praticamente desaparecido, na maioria dos casos, da memória local.

Diante do que foi exposto, percebe-se que as razões podem ser encontradas se enveredarmos por dois caminhos. O primeiro é mais simples e exige menos argúcia do investigador, ou seja, não é preciso muito esforço para perceber que os gabinetes estão ocultos

da memória local porque, na maioria dos casos, estas localidades nem sequer se preocupam em preservar monumentos que contribuam para a construção ou manutenção de uma determinada memória.

Quando percorremos os livros escritos por autores locais - chamados aqui de memorialistas - percebe-se claramente a fragmentação de seu conhecimento. Enumeram fatos pontuais, enquanto largos períodos são ignorados ou permanecem na total obscuridade. Na maioria deles, curiosamente, os gabinetes de leitura são omitidos, o que demonstra que, em determinado momento que pode ser não aquele da escrita por parte do memorialista, resolveu-se que os gabinetes de leitura não deveriam ser incluídos nas “histórias” locais.

O contato com os memorialistas revela que, em alguma fase da construção da memória de certas cidades da Região Norte do Ceará, os gabinetes de leitura deixaram de ser incluídos no rol dos fatos notáveis.

Para além da ausência de menções aos gabinetes de leitura, encontramos, a partir dos fragmentos escassos que nos chegam, a constituição de uma espécie de disputa política em torno da memória dos gabinetes. Nos casos em que é possível visualizar esta situação, como em Viçosa, percebe-se que o desaparecimento dos gabinetes pode não ter sido encarado como um processo naturalizado de decadência ou caduquice. Houve interesse, se atentarmos para as indicações que me chegaram de Viçosa, em apropriar-se de acervos e prédios, o que gerou conflitos posteriores, os quais influenciaram na permanência ou não do gabinete na memória local.

A conclusão a que se pode chegar, por ora, é de que o esquecimento produzido em torno da memória dos gabinetes de leitura cada vez mais se revela como fruto de uma intencionalidade da parte de grupos interessados em disputas pelo poder.

O caso de Ipu é muito curioso. Se tomarmos os nomes dos fundadores do Gabinete de Leitura Ipuense em 1918/19, percebe-se que sua diretoria foi composta por homens de inegável destaque, membros da elite, sem dúvida. No entanto, o Gabinete simplesmente não consta na memória local, a não ser nas páginas do jornal *Correio do Norte*.

Conversando certa vez com o professor Francisco de Assis Martins, considerado na cidade como o “guardião da memória”, tamanho o seu conhecimento da memória local, pude

perceber seu estranhamento quando mencionei o Gabinete de Leitura. Acompanhando os primeiros passos da pesquisa, manifestou admiração diante das informações levantadas.

Tal fato demonstra o quanto o Gabinete de Leitura Ipuense simplesmente foi omitido no processo de construção da memória local. Este fato pode ser cabalmente comprovado pela total ignorância a respeito da importância do próprio acervo guardado na biblioteca da Escola de Ensino Médio Coronel Auton Aragão.

Os casos de Sobral, Granja, Camocim e Campo Grande, aqui elencados, se mostram ainda mais áridos, uma vez que agora é que começam a surgir, a partir da pesquisa junto à imprensa destas localidades, as primeiras informações a respeito de suas fundações e pequenos indícios de suas trajetórias, todas, aliás, já denunciando a existência de conflitos entre grupos, conflitos que atingem a gerência dos gabinetes.

Desta forma, creio que o lembrar ou esquecer verificado em torno dos gabinetes de leitura da Região Norte do Ceará não pode ser considerado como mero produto do acaso, mas obedece às intencionalidades presentes na construção da memória local. De agora em diante, pesquisa deverá se debruçar sobre os indícios que sugerem pensar sobre as causas desta ausência ou presença tímida dos gabinetes na memória.

Finalmente, resta buscar, por meio da história, enfrentar este esquecimento.

¹Por ocasião desta primeira visita ao acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, eu atuava como bolsista do projeto de pesquisa *Imprensa e Vida Urbana: redes de comunicação na Região Norte do Ceará*, sob orientação da prof^a Dr^a Marta Emisia Jacinto Barbosa. Este projeto contava com apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

² Cf. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5^a ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 108-109.

³ Cf. idem, p. 110.

⁴ Atual cidade de Guaraciaba do Norte, distante 315 km de Fortaleza.

⁵ Atualmente as cidades de Martinópolis, Uruoca, Senador Sá, respectivamente.

⁶ Atual cidade de Reriutaba.

⁷ Cf. GIRÃO, Glória Giovanna Mont'Alverne Saboia. *As transformações socioculturais em Sobral (1870-1920)*. 2001. 183f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001, p.39-51.

⁸ Cf. GABINETE DE LEITURA. *Sobralense*, Sobral, 18 fev 1877. Noticiário, p. 1. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M98.

⁹ Cf. GIRÃO, Glória Geovanna Saboia Mont'Alverne e SOARES, Maria Norma M. *Sobral: história e vida*. Sobral: Edições UVA, 1997. p. 87.

¹⁰ Cf. Gabinete de Leitura Camociense. *Nortista*, Sobral, 13 jul 1913, p.1. Disponível para consulta na Biblioteca Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M114.

-
- ¹¹ Cf. DR. PLINIO POMPEU. *A Ordem*, Sobral, 18 mai 1919, p. 1. Consulta através de cópia digitalizada a partir de original pertencente ao acervo do Núcleo de Estudos e Documentação da História Regional (NEDHIR) do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral/CE.
- ¹² Cf. Declaração ao Público. *A Ordem*, Sobral, 23 mai 1919, p. 1.
- ¹³ Cf. Id. Ibidem.
- ¹⁴ Cf. Escola Secundaria. *A Ordem*, Sobral, 21 mar 1919, p. 1.
- ¹⁵ Todas as indicações a respeito da vida e obra de Deolindo Barreto colhi em SANTOS, Christlene Carvalho dos. *Sentimentos no sertão republicano: a experiência política de Deolindo Barreto (Sobral, 1908-1924)*. 2005. 212f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2005.
- ¹⁶ Cf. SANTOS, *op. cit.* p. 41.
- ¹⁷ Outras fontes escrevem “camocinense”, ao invés de camociense, como fez o *Nortista*.
- ¹⁸ Cf. Libertadora Granjense. *Granjense*, Granja, 27 fev 1881, p. 2. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M151.
- ¹⁹ Cf. BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. 3ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965, p. 193.
- ²⁰ Cf. Id. Ibidem. p. 194.
- ²¹ Cf. O Gabinete de Leitura possui 1.040 volumes!. *Camocim Jornal*. Camocim, 1 mai 1921, p. 2.
- ²² Cf. DE CAMOCIM. *Correio do Norte*. Ipu, 26 fev 1920, p. 2.
- ²³ Cf. Id. Ibidem, p. 220.
- ²⁴ Cf. SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. XXIX, p. 157-243, 1915.
- ²⁵ Cf. A NOSSA CIDADE. *Correio do Norte*, Ipu, 20 out 1921, p. 1.
- ²⁶ Cf. SOUSA, Eusébio. *Op. Cit.* p. 223.
- ²⁷ Cf. Idem p. 224.
- ²⁸ MARROCOS, Antonio. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municípios*, Fortaleza, n. 1, 1929, p. 41-43.
- ²⁹ Cf. A NOSSA CIDADE. *Correio do Norte*, Ipu, 20 out 1921, p. 1.
- ³⁰ Cf. DAVIS, Natalie Zemon. O povo e a palavra impressa. In: DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 157-185.
- ³¹ Publicada originalmente na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 12 de fevereiro de 1906 e inclusa em RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Sob a organização de Raúl Antelo.
- ³² Cf. GABINETE VIÇOSENSE DE LEITURA. *Polyanthéa*, Viçosa, 13 fev 1918, p. 1.
- ³³ Este primeiro contato com o Sr. Alfredo Miranda se deu a 29 de outubro de 2005. Quando retornei à Viçosa do Ceará, em dezembro de 2006, fui informado de que o Sr. Alfredo havia sofrido um acidente vascular cerebral e perdera a fala, o que lamentei profundamente não pelo simples fato de perder uma fonte, mas pelo silenciar de uma pessoa tão vivaz e de tão agradável trato.
- ³⁴ O encontro com o Sr. Felizardo de Pinho Pessoa ocorreu também a 29 de outubro de 2005, quando o mesmo afirmou ter 90 anos de idade. Farmacêutico bioquímico aposentado, Sr. Felizardo é membro de família tradicional em Viçosa.
- ³⁵ Cf. BARROS, Luiz Teixeira. *História de Viçosa do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980, p. 246-248. O autor é filho do Dr. Joaquim Alerano Bandeira de Barros, primeiro presidente do Gabinete Viçosense de Leitura.
- ³⁶ 13 DE FEVEREIRO. *Polyanthéa*, Viçosa, Ceará. 1916, p. 2.
- ³⁷ Cf. *Op. Cit.* p. 110.

³⁸ Sobre as associações literárias criadas em Fortaleza, ver TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o naturalismo*. Ed fac-similar. Fortaleza: NUDOC, UFC, Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006; AZEVEDO, Sânzio. Grêmios literários do Ceará. In: SOUZA, Simone. (org). *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Fundação Demócrito Rocha, 1989, p. 180-191; e CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. 2ª. ed. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

³⁹ Cf. TINHORÃO, José Ramos. Op. Cit. p. 43-44.